

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.319.695 - RJ
(2018/0166632-7)**

EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : ELOI FERNANDES LUZ
ADVOGADOS : LEANDRO GOMES DE BRITO PORTELA - RJ117625
RICARDO ALEXANDRE SILVA CARDOSO - RJ157667

DECISÃO

Na origem, trata-se de ação que objetiva promoção militar, com valor da causa fixado em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Na sentença, julgou-se extinto o processo com resolução do mérito. No TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, a sentença foi mantida, conforme a seguinte ementa do acórdão:

ADMINISTRATIVO. ANISTIADO POLÍTICO. PROMOÇÃO. INCIDÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL PREVISTO NO DECRETO Nº 20.910/32.

1. Pleiteia o autor sua promoção à graduação de Subtenente com a percepção de proventos no posto de Segundo-Tenente na forma do art. 6º, § 3º, da Lei nº 10.559/02, com pagamento dos atrasados a contar do quinquênio anterior à propositura da ação, acrescido de juros e correção monetária.

2. A Portaria nº 2.361, de 09/12/03 reconheceu administrativamente a condição de anistiado político do autor, assegurando a promoção à graduação de Segundo-Sargento com os proventos de Primeiro-Sargento, concedendo-lhe a reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada.

3. A partir da vigência da Lei nº 10.559/2002, que se propôs a regulamentar o art. 8º do ADCT, criando um regime especial de anistia e concedendo reparações econômicas definidas em função do grau hierárquico no qual deveria ser incluído o anistiado, o STJ passou a reconhecer que tal diploma legal constituía uma espécie de "renúncia tácita" à prescrição, conforme precedentes apontados.

4. Todavia, renúncia tácita não significa dizer imprescritibilidade; o que existe na verdade é novação do prazo prescricional. O Supremo Tribunal Federal já se manifestou sobre a prescrição em relação à pretensão de perseguido político, firmando orientação no sentido da sujeição ao prazo do Decreto nº 20.910/32 (STF - AOE 27/DF - Rel. Ministra Carmen Lúcia - julgamento em 10/08/11 - Informativo do STF nº 635).

5. Ademais, não há que se falar em imprescritibilidade, uma vez que a prescrição é um instituto que serve para a estabilização das relações jurídicas, devendo ser aferida à luz da legislação vigente, e o seu afastamento deve apoiar-se em previsão legal, sendo inaceitável que o Erário fique sujeito a indenizações e reparações por prazo indefinido ou demasiadamente longo.

6. Apelação conhecida e desprovida.

Interposto recurso especial, negou-se seguimento. Foi então interposto agravo em recurso especial.

Nesta Corte, não se conheceu do agravo.

É o relatório. Decido.

Os embargos merecem acolhimento.

Consoante o Enunciado Administrativo n. 3/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ, na sessão de 9/3/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

De igual modo, o enunciado n. 7 da Súmula Administrativa do STJ dispõe que, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

Por sua vez, nos termos do § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015: "O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento."

Na sentença, fixaram-se os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa, (fl. 67). No acórdão, não houve alteração.

Ante o exposto, considerando o trabalho adicional realizado, com a apresentação de contrarrazões ao recurso especial, e os critérios previstos nos §§ 2º a 6º do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, acolho os embargos de declaração, para integrar a decisão embargada, fazendo constar a majoração dos honorários advocatícios em 2%.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2018.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator